

018ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA - 26NOV2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLE nº 035/15. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 035/15.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Eu quero começar o debate da LOA falando da gravidade da situação, um pouco, na fala anterior de Lideranças, criticando o projeto, Ver. Alex, que destinou R\$ 7 milhões para cargos em comissão, e nós votamos contra. V. Exa., comandou as nossas denúncias aqui nesta tribuna. Uma das nossas maiores preocupações justamente tem a ver com a diminuição das verbas destinadas a várias áreas, entre elas, a área da saúde: a crise em que vivem os hospitais, os pronto atendimentos, as Unidades Básicas de Saúde, que é agravada pela diminuição da arrecadação e por um Governo que segue uma lógica de seguir governando com esses milhões gastos em CCs, com média de R\$ 15 milhões gastos em publicidade, com uma lógica de não fazer uma justiça distributiva buscando regulamentar leis que são fundamentais, como o IPTU progressivo no tempo, regulamentando a concepção da função social da propriedade, que poderia fazer com que o Município arrecadasse mais e tivesse políticas concretas para a moradia, para habitação popular. Esse Governo segue numa lógica que tem levado a Cidade a ter muitas perdas, uma delas, por exemplo, foi o SIAT, fonte de contestação do Tribunal de Contas do Estado. O SIAT foi feito por uma empresa chamada Consult, que teria firmado um aditivo de R\$ 6 milhões, caso o TCE não tivesse sido pró-ativo e garantido que esses recursos não fossem para o valo da corrupção. Esse sistema, que não precisava ter sido contratado, porque a Procempa tem tecnologia para fazer isso, não só foi oneroso em termos de recursos para o Município de Porto Alegre, como o Município deixou de arrecadar IPTU, porque ele tem problema no lançamento dos dados.

Quando nós discutimos a LOA, é preciso discutir o conjunto de medidas que estão sendo aplicadas pelos governos, o que tem feito aumentar a crise econômica, aumentar o desemprego, aumentar a inflação, piorar a vida dos trabalhadores brasileiros e brasileiras, o que se reflete também nos Municípios. Nós temos que discutir a responsabilidade do Governo Estadual, que não repassa os recursos da saúde. Nós estávamos agora com o Secretário Municipal de Saúde, na Comissão Especial da Saúde, e falávamos sobre os recursos que o Governo do Estado deve e não paga. É preciso discutir as prioridades da Lei Orçamentária Anual da cidade de Porto Alegre, é preciso discutir a LOA, primeiro, combatendo uma lógica de ficção, que é o que tem marcado, ao longo dos anos, a forma como o Governo Fortunati-Melo tem feito com relação ao Orçamento: projetos essenciais não são executados, projetos e programas são contingenciados em mais de 50, 60, 70% e, em alguns casos, em até 90% dos valores previstos no Orçamento. Nós poderíamos pegar a Secretaria Adjunta da Mulher, os valores orçados; nós poderíamos pegar o Plano Municipal do Livro e da Leitura, nós poderíamos pegar muitos programas e muitos projetos que o Governo simplesmente bota no Orçamento e, como se fosse uma verdadeira peça de ficção científica, não executa. Ele contingencia esses recursos, não gasta com as áreas sociais e segue numa lógica de terceirização dos serviços públicos, o que gasta mais, desperdiçando recursos.

Eu fiquei chocada com as obras do BRT na Bento Gonçalves, que demoraram anos para ficar prontas, o dobro de tempo previsto, e, logo depois, eles começam a destruir o concreto que recém tinha ficado pronto! Isso é desperdício de dinheiro público! Desperdício de dinheiro público e nós precisamos discutir, quando discutimos o Orçamento. Nós precisamos discutir o corte drástico nos CCs; o corte drástico na publicidade; o Orçamento de Porto Alegre ser executado para beneficiar de fato as áreas sociais, empoderar a cidadania, criar espaços democráticos e, ao mesmo tempo, não ser uma peça de ficção científica.

Ver. Ferronato, vi agora o seu relatório e quero comentar que o relator aprovou a emenda do Plano Municipal do Livro e da Leitura. Eu vou ter oportunidade de falar, porque é uma vitória da Câmara de Porto Alegre essa lei ter sido aprovada. Infelizmente, o Governo vem mandando... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu tenho feito emendas, ano passado o relator cortou os valores das emendas, e este ano a sua relatoria garantiu a aprovação,

na íntegra, da nossa emenda que destina R\$ 200 mil para o Plano Municipal do Livro e da Leitura. Acho que isso é muito importante, e quero também valorizar a ideia de que o Plano Municipal do Livro e da Leitura está virando uma realidade na cidade de Porto Alegre. E foi um verdadeiro deboche a Prefeitura mandar um orçamento prevendo apenas R\$ 2 mil. Eu espero que essa emenda e outras tantas que consertam outras partes do Orçamento, possam, de fato, ser aprovadas para que consigamos garantir essas áreas sociais, tão importantes para o Município. Queria fazer este registro do trabalho do Ver. Aírto Ferronato.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Registramos a presença do Ver. Enderson Rocha de Moraes, de São Luiz Gonzaga. Seja bem-vindo.

Defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Lourdes Sprenger, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 89, 91, 93, 94 e 95; a Emenda nº 90 com Subemenda nº 01; e a Emenda nº 92 com Subemenda nº 01, todas ao PLE nº 035/15.

Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta e outros, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nos 61 e 62 o PLE nº 035/15.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 035/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Em primeiro lugar, eu devo fazer uma homenagem à forma da relatoria do Ver. Aírto Ferronato. Acho que é muito diferente quando um relator senta com um Vereador, com uma Vereadora... Inclusive quero parabenizar o Jezeni, que representa aqui o Governo Municipal, porque acho que é um olhar respeitoso, dialogado, não é de concessão pura e simples, de problematização, de construção de soluções. Eu quero dizer que é uma das primeiras vezes que vejo isso construído, nesta Casa, na relação com a oposição. E foram assim tratadas as emendas populares e as emendas que eu encaminhei. Quero aqui deixar muito claro que as emendas são resultado do teu cotidiano, do ano inteiro, às vezes, vários anos trabalhando determinado tema e a gente vê que ainda não está contemplado no Orçamento, vê que é possível buscar uma outra dimensão. Sabemos que no ano seguinte, muitas vezes não acontece, mas quando a entidade vai à luta, quando o proponente, quando a causa é forte, ela vai realizar. Eu digo para as pessoas que se relacionam com mandato: agora vai à luta, apresenta a proposta,

te organiza. Então, quero dizer claramente ao público que nós aceite muito respeitava nesse processo de construção do Orçamento para 2016.

De outro lado, quero também dizer que foi muito positiva a constituição da Comissão de Creches de Comunidade Conveniadas – COMCRECHES, composta por quatro ou cinco Vereadores de vários partidos, uma iniciativa do Ver. Airto Ferronato, foi uma iniciativa do seu compromisso no ano passado nos debates que fizemos e na emenda popular que foi trazida aqui pelas entidades, Ver. Antonio Matos. A emenda popular de 2014, de R\$ 2,5 milhões, com cem entidades assinando, teve dificuldades, não foi acolhida num primeiro momento pelo relator, o Ver. Airto votou contrariamente, mas se comprometeu em abrir o debate e o fez neste ano. E a Comissão trabalhou esses três meses com muita escuta das instituições infantis comunitárias, com os limites é obvio que o Parlamento tem, mas encaminhou algumas questões importantes, uma delas foi a Lei de Diretrizes Orçamentária, onde nós construímos uma emenda consensuada, que diz respeito ao que a Câmara não utilizar aqui do seu Orçamento voltará 70% para o Funcionária e 30% para a saúde, essa foi uma grande conquista resultado do protagonismo das creches comunitárias nesta Casa, mais a capacidade de escuta dos Vereadores, da base e da oposição.

Então, nós construímos isso e, agora, entrou uma nova emenda popular de R\$ 2,5 milhões, a qual foi acolhida pela Relatoria, que é a emenda das entidades. As entidades estão se dedicando ao Plus Berçário para um nível de ensino que é o mais caro, e acho que é muito justo. E nós ainda não desistimos – eu quero encaminhar a minha fala sobre o Orçamento – de que o Governo Municipal, ainda no mês de dezembro, desembolse a emenda popular do ano passado, consiga priorizar, no fechamento do ano, os R\$ 2,5 milhões que estão previstos no Orçamento deste ano. É muito importante, é uma questão estratégica, é uma questão de honra desta Casa buscar, coletivamente, Ver.^a Jussara, todos os partidos. O Ver. Airto pediu a reunião com o Governo. Eu quero fazer um apelo ao Líder do Governo aqui na casa, Ver. Kevin Krieger – já falei com ele hoje à tarde –, ao Jezoni, aos Vereadores e Vereadoras de todos os partidos para que possamos convencer e sensibilizar o Governo, porque, no mês de dezembro, as entidades têm muitos problemas para resolver, têm que pagar 13º dos seus funcionários, têm demissões, têm férias, têm reformas nas creches para fazer para começar o ano seguinte. Então, estes R\$ 2,5 milhões da emenda popular do ano passado são importantíssimos, e, se a gente

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária 26NOV2015

conquistar isso, acho que foi a Comissão Especial que mais sucesso, mais efetividade teve nesta Casa. Isso me alegraria muito e espero o empenho de todos nós para que este Orçamento, de fato, priorize a criança, a infância.

(Não revisado pela oradora.)

A Sra. Jussara Cony (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Doze Vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos desta Sessão Extraordinária.

(Encerra-se a Sessão às 17h52min.)